



Território Terrestre e Tradicional da RESEX Marinha do Corumbau: estudo sobre padrões espaciais na Vila de Caraíva

Terrestrial and Traditional Territory of RESEX Marinha do Corumbau: study on spatial patterns of the Vila de Caraíva/BA

Territorio Terrestre y Tradicional de la RESEX Marinha do Corumbau: estudio sobre patrones espaciales en Vila de Caraíva

Marcos Vinícius Cortes Ferreira

Especializando, UnB, Brasil.
marcos.cortes.ferreira@gmail.com

Liza Maria Souza de Andrade

Professora Doutora, UnB, Brasil.
lizamsa@gmail.com

Paulo Dimas Rocha de Menezes

Professor Doutor, UFSB, Brasil.
paulodimasmenezes@gmail.com

**RESUMO**

Este artigo, fruto do Projeto de Extensão e Ação Contínua – PEAC do grupo “Periféricos, trabalhos emergentes”, da FAU/UnB em parceria com a UFSB, tem como objetivo apresentar soluções sustentáveis para as problemáticas presentes nas comunidades tradicionais da RESEX Marinha do Corumbau, tendo como estudo de caso a Vila de Caraíva, no extremo sul da Bahia. Essas comunidades vêm sofrendo com a ausência do território terrestre incluso no Plano de Manejo da reserva - o qual contempla somente a parte marítima costeira dessas comunidades, facilitando o processo de gentrificação e a perda da cultura e identidade tradicional do local. Essas soluções foram obtidas a partir de um processo participativo com a comunidade, por meio de entrevista semiestruturada, onde foram identificados os principais problemas da comunidade, a identidade local, os saberes existentes e os padrões espaciais presentes na Vila de Caraíva, sendo estes analisados de acordo com as dimensões de sustentabilidade social, cultural e emocional, econômica e ambiental. Além dos métodos e procedimentos para a aplicação dos princípios de sustentabilidade utilizados para solucionar a problemática, este artigo tem como produto final a elaboração de uma cartilha, que apresente para os moradores da região possíveis cenários de reabilitação sustentável, arquitetônica e urbanística, de forma didática, direta e que possa ser reproduzida futuramente pela própria comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo participativo; sustentabilidade; padrões espaciais.

ABSTRACT

This article, as a result of the Extension and Continuous Action Project (PEAC) of the group "Periféricos, trabalhos emergentes" FAU/UnB in partnership with UFSB, aims to present sustainable solutions to the problems in the traditional communities of RESEX Marinha do Corumbau, taking as a case study the Vila de Caraíva, in the extreme south of Bahia. These communities have been suffering from the absence of the terrestrial territory included in the Management Plan of the reserve - which includes only the coastal maritime part of these communities, facilitating the process of gentrification and the loss of the local culture and identity. These solutions were obtained through a participatory process with the community, through a semi-structured interview, where the main problems of the community, the local identity, the existing knowledge and the spatial patterns present in the Vila de Caraíva were identified. according to the dimensions of social, cultural and emotional, economic and environmental sustainability. In addition to the methods and procedures for the application of the principles of sustainability used to solve the problem, this article has as final's product a primer that presents to the residents of the region possible scenarios of sustainable rehabilitation, architectural and urban, in a didactic, direct that can be reproduced in the future by the community itself.

KEY WORDS: Participative urbanismo; sustentability; spatial patterns.

RESUMEN

Este artículo, fruto del Proyecto de Extensión y Acción Continua - PEAC del grupo "Periféricos, trabajos emergentes", de la FAU/UnB en asociación con la UFSB, tiene como objetivo presentar soluciones sostenibles para las problemáticas presentes en las comunidades tradicionales de la RESEX Marinha do Corumbau, teniendo como estudio de caso la Vila de Caraíva, en el extremo sur de Bahía. Esas comunidades vienen sufriendo con la ausencia del territorio terrestre incluido en el Plan de Manejo de la reserva - el cual contempla solamente la parte marítima costera de esas comunidades, facilitando el proceso de gentrificación y la pérdida de la cultura e identidad tradicional del local. Estas soluciones se obtuvieron a partir de un proceso participativo con la comunidad, a través de una entrevista semiestruturada, donde se identificaron los principales problemas de la comunidad, la identidad local, los saberes existentes y los patrones espaciales presentes en la Vila de Caraíva, siendo estos analizados de acuerdo con las dimensiones de sostenibilidad social, cultural y emocional, económica y ambiental. Además de los métodos y procedimientos para la aplicación de los principios de sostenibilidad utilizados para solucionar la problemática, este artículo tiene como producto final una cartilla que presente para los habitantes de la región posibles escenarios de rehabilitación sostenible, arquitectónica y urbanística, de forma didáctica, directa y que puede ser reproducida en el futuro por la propia comunidad.

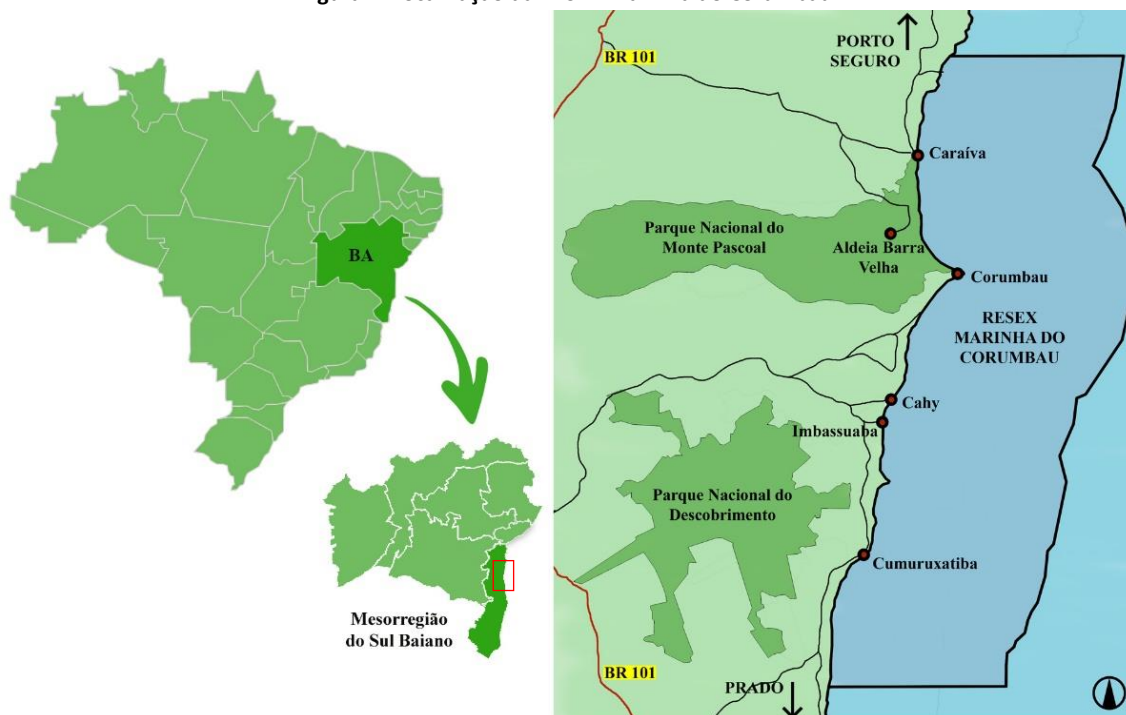
PALABRAS CLAVE: Urbanismo participativo; sostenibilidad; patrones espaciales.

1 INTRODUÇÃO

Criada no ano de 2000, a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau tem como objetivo fundamental a garantia da “exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área” (BRASIL, 2000 a). Sua demarcação corresponde a cerca de 896 km² do território marítimo que se estende paralelamente à chamada “Costa do Descobrimento”, entre os municípios de Porto Seguro e Prado. Esse trecho inclui pequenos núcleos urbanos costeiros, vilas históricas e comunidades indígenas e, em um desses territórios, encontra-se a Vila de Caraíva, uma das vilas mais antigas do Brasil, que hoje abriga uma comunidade tradicional de extrativistas, composta em sua maioria por descendentes do povo Pataxó.

Assim como toda Reserva Extrativista, a RESEX Marinha do Corumbau é regulada por um Plano de Manejo, que serve como uma diretriz para as atividades extrativistas, dentro de critérios de sustentabilidade ecológica, econômica e social. Entretanto, o Plano de Manejo norteador da RESEX Corumbau (Figura 1), promulgado em 2002, contempla somente a parte marítima do território, deixando a parte do território terrestre sob várias instâncias de gestões territoriais diferentes e a mercê de problemas como o processo de gentrificação, a especulação imobiliária e a falta de uma legislação urbanística sustentável.

Figura 1: Localização da RESEX Marinha do Corumbau



Fonte: MARCOS, 2018.

Tendo a Vila de Caraíva como estudo de caso, percebemos essa problemática surgida ao longo das últimas décadas. Antes vista como um paraíso conhecido por poucos no Brasil, Caraíva vem sofrendo com a falta de uma legislação adequada que visa a proteção do seu território e a preservação da sua cultura tradicional. Um dos principais problemas em Caraíva (mas também



encontrado em outras regiões da RESEX ao todo) é a sobreposição das atividades de turismo sobre a cultura tradicional, onde a chegada de novos empreendedores e moradores de outras regiões, em grandes números, aceleram o processo de gentrificação na região, chegando ao ponto da população de Caraíva - de acordo com a enfermeira da Unidade de Saúde da Família de Caraíva Maria Elizete, não passar de um terço do total dos habitantes.

2 OBJETIVOS

Esta pesquisa é resultado de uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – PPG/FAU UnB, no âmbito do curso de especialização em Reabilitação Ambiental Arquitetônica e Sustentável, do grupo de pesquisa “Periféricos, trabalhos emergentes”, orientado pela professora doutora Liza Andrade e da Universidade Federal do Sul da Bahia, com orientação do professor doutor Paulo Menezes.

Tendo como objetivo a busca de alternativas urbanas e ambientais sustentáveis para a região, este artigo parte do princípio do planejamento participativo com a população local, demonstrando os conflitos socioambientais existentes a partir do ponto de vista da própria comunidade.

Ao final da pesquisa, propõe-se a elaboração de uma cartilha que apresente para os moradores da região possíveis cenários de reabilitação sustentável, arquitetônica e urbanística, elaboradas a partir análise das problemáticas obtidas com o processo participativo e a solução proposta com base nos padrões espaciais. Essa cartilha será elaborada de forma didática, direta e que possa ser reproduzida futuramente pela própria comunidade.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa parte de três princípios fundamentais utilizados no grupo de pesquisa “Periféricos, trabalhos emergentes” - que é um grupo reconhecido como Projeto de Extensão de Ação Continuada (PEAC) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, orientado pela professora doutora Liza de Andrade, a análise do contexto físico e social do local de estudo, o processo participativo com a comunidade tradicional e, por fim, a elaboração dos padrões espaciais. Estes três elementos têm como foco atender as demandas projetuais, urbanísticas e ambientais de comunidades que sofrem com a falta de legislações adequadas e amparo do estado, elaborando soluções pertinentes as necessidades da população e criando uma ponte direta entre o pesquisador e a comunidade.

3.1 ANÁLISE DO CONTEXTO FÍSICO E SOCIAL E AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Inicialmente, a pesquisa partiu da análise dos conflitos territoriais atuais e ao longo da história na região e de como a economia neoliberal e o processo de gentrificação afetam as comunidades tradicionais. Caraíva é, historicamente, um território de conflitos. Considerada a primeira vila ocupada pelos portugueses no Brasil, em 1530, a região de Caraíva já era habitada pelos Pataxó, povos seminômades que já viviam na região. Esses povos se manteriam



relativamente isolados por longos anos, até que em 1861 ocorreu o aldeamento forçado desses grupos na antiga aldeia Bom Jardim (antropólogos defendem que há evidências de que esta aldeia exista desde 1767), atualmente conhecida como Aldeia Mãe de Barra Velha. Esse aldeamento forçado serviu como um mecanismo do império para aglomerar esses povos em um só local para invadir e explorar essas terras, que eram consideradas como um “fertilíssimo terreno” (VILHENA, 1969).

Esses confrontos se intensificaram na metade do século XX com o iminente processo de demarcação do Parque Nacional de Monte Pascoal, em 1943 (mas somente oficializado em 1961), demarcação essa que sobrepunha várias aldeias pataxós na região e dificultava mais ainda os meios de subsistências dos povos indígenas e tradicionais da região. Em virtude da aproximação da demarcação, lideranças Pataxó foram em busca de amparo do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, em 1949. Apesar da mobilização, a pressão dos fazendeiros da região não cessou e, em 1951, pensando ter tido algum apoio do estado para a causa indígena, os Pataxós acolheram dois homens que se diziam ser um engenheiro e o outro antropólogo, que incentivaram os Pataxós a retomarem as suas terras. Hoje, acredita-se que esses dois indivíduos tramaram armadilhas para incriminar os indígenas e por fim, os fazendeiros juntamente com as forças do estado, terem um álibi para intervir na região. Esse evento ficou conhecido como o “Fogo de 51”, onde várias casas foram queimadas, indígenas mortos, mulheres estupradas e crianças torturadas. Após a tragédia, os Pataxós se viram obrigados a mais uma vez procurar meios de sobrevivência e de se estabelecer em outras áreas, inclusive no interior de Minas Gerais, iniciando o processo hoje conhecido como a “Diáspora Pataxó”.

Posteriormente, o asfaltamento da BR 101 e os incentivos fiscais do governo militar, que incentivava a exploração madeireira na região a partir da década de 70, trouxe novo moradores - em sua maioria fazendeiros e empresários – para o território, acelerando assim o processo de gentrificação na região, medidas neoliberais e a chegada do turismo ao final da década de 80.

Na luta pelo reconhecimento dos povos tradicionais ao direito a terra e usufruto da mesma, finalmente no ano de 2000 a região foi reconhecida como uma Reserva Extrativista, que tem como propósito garantir proteção a territórios que apresentem características ecológicas e ambientais relevantes para a população tradicional. As Reservas Extrativistas são, segundo o artigo 18 da Lei n.º 9.985 do SNUC:

...áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000 b).

Com isso, a exploração dos recursos naturais da região demarcada passou a ser realizada somente pelos extrativistas licenciados, em sua maioria pescadores e indígenas moradores da reserva. Entretanto, essa demarcação contempla somente o território marítimo da região,



deixando a parte do território terrestre a mercê de problemas como a especulação imobiliária, o turismo insustentável e o aceleração do processo de gentrificação.

Caraíva, além de estar localizada em um território terrestre não incluso da RESEX Corumbau, está inserida em uma área sob várias instâncias de gestão territorial e ambiental, como a APA (Área de Proteção Ambiental) Caraíva-Trancoso, o Parque Nacional do Monte Pascoal, incluída como Sítio do Patrimônio Natural Mundial do Descobrimento pelo IPHAN, entre outras instâncias. Essa sobreposição de instâncias de gestão territorial, criadas cada uma de forma isolada e em diferentes épocas, geram conflitos territoriais bastante prejudiciais para as comunidades costeiras da RESEX Corumbau, dificultando uma diretriz adequada para o uso e ocupação dos espaços, a conservação da biodiversidade local e principalmente a concretização dos direitos territoriais das populações tradicionais, garantidas pelo Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2004) *.

A partir das análises físicas e sociais da área de estudo e do entendimento das dimensões da sustentabilidade como uma diretriz para produzir soluções, utiliza-se a metodologia desenvolvida por Andrade e Lemos (2015). Essa metodologia avaliativa “Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana”, apresentada como parte do trabalho do grupo de pesquisadores da FAU/UnB, aborda uma série de análises que seguem princípios norteadores à cada uma das quatro classes do desenvolvimento sustentável, mostrando como as soluções podem serem feitas de maneira inclusivas e abordando cada esfera urbana e ambiental do estudo de caso.

* órgão da Organização das Nações Unidas, a Convenção nº 169 foi adotada em Genebra no ano de 1989 e entrou em vigor internacional em 1991, tendo sido promulgada no Brasil através do Decreto 5051, de 18 de abril de 2004. Essa convenção reconhece a tendência natural dos povos indígenas e tribais de assumir o controle de suas próprias instituições com vista à preservação da sua identidade, ao desenvolvimento da sua economia, à manutenção da língua e religião, etc., e lembra a particular contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e a cooperação e compreensão internacional.



Quadro 1: Princípios das dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, econômica, cultural e emocional

PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
Proteção ecológica e agricultura urbana - Respeito aos ecossistemas atendimento ao Código Florestal, às Resoluções do CONAMA 302, 303 e 369, e as leis ambientais respectivas a cada região, bem como planos de recuperação de nascentes ou florestas. Existência de agricultura urbana na cidade: hortas comunitárias, hortas individualizadas.
Infraestrutura verde: gestão d'água, drenagem natural e tratamento de esgoto alternativo - Observação da bacia hidrográfica, em relação à drenagem e ao esgotamento sanitário. A abordagem sustentável caminha em duas escalas: sistemas de tratamentos de águas residuais com plantas para as casas (zona de raízes) ou para o empreendimento como um todo (wetlands). Os empreendimentos de natureza mais compacta podem utilizar menos água, se preparados tecnicamente, que loteamentos suburbanos com densidades mais baixas.
Conforto ambiental - relação ao desempenho luminoso, térmico, acústico e de qualidade do ar
Promoção dos sistemas alternativos de energia e diminuição da pegada ecológica - A eficiência energética pode ser colocada sob dois aspectos. Primeiramente, para as moradias, sob a ótica de uso da energia utilizada, vinda de fontes renováveis como o sol, o vento e a biomassa. Em segundo lugar, sob o viés da redução de combustíveis fósseis utilizados nas moradias, carros e indústrias.
Saúde - O ambiente não deve apresentar vulnerabilidade ambiental, decorrente de materiais tóxicos e poluição do ar, do solo e das águas.
Redução, reutilização e reciclagem de resíduos Para o desenho de empreendimentos sustentáveis, os 3R's incluem redução do gasto de energia, reuso das edificações e reciclagem de resíduos de construção, e compostagem do lixo orgânico
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL
Urbanidade - Desempenho do espaço urbano, considerando a interação social por meio do desenho da malha viária e das macroparcelas com maior integração, conectividade, espaços externos positivos, constitutividade dos espaços, diversidade de uso do solo e acessibilidade.
Comunidade com Sentido de Vizinhaça - Oportunidades para a sociabilidade, participação no processo, e desenvolvimento pessoal em espaços públicos e instalações comunitárias.
Moradias Adequadas - Diversidade e mistura de classes sociais, estabelecidas com variedade de moradias, custos diferenciados e acessibilidade universal garantida.
Mobilidade e Transportes Sustentáveis - Existência de estruturas adequadas a diferentes modais de mobilidade (pedestres, ciclistas e automobilistas) e inibidoras do uso de combustíveis fósseis, aliada à disponibilidade de transporte público eficiente.
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA
Adensamento Urbano - A ocupação urbana mais densa em áreas centrais associada ao uso comercial diminui o deslocamento, diminuindo a emissão de dióxido de carbono em viagens locais, e melhora o sentido de comunidade nos espaços públicos.
Dinâmica urbana - Economia de recursos financeiros no processo de construção e manutenção dos espaços urbanos como uso efetivo desses espaços, resultante de condições adequadas de infraestrutura, mobiliário urbano, iluminação e sistema viário.
Desenvolvimento da Econômica Local em Centros de Bairros - Espaços que favoreçam a existência de centralidades na malha viária e mescla de funções, e atividades localizadas a distâncias caminháveis.
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL E EMOCIONAL
Revitalização Urbana - Recuperação e valorização de infraestrutura existente em áreas urbanas degradadas ou patrimônios culturais abandonados, promovendo o incremento da ocupação dessas áreas.
Legibilidade e Orientabilidade - Os espaços devem responder a necessidade de orientação dos usuários nos lugares, obtidos com a conectividade entre bairros e diferenciação entre bairros e continuidade de caminhos
Identificabilidade - características particulares ao espaço urbano resultantes de diversidade tipológica em pequenos agrupamentos e efeitos visuais que promovam imagens mentais e percepção da paisagem urbana.
Afetividade e Simbologia - A forma física dos lugares promove satisfação emocional quando laços afetivos se estabelecem pelo reconhecimento de qualidades e plasticidade da configuração urbana

Fonte: ANDRADE E LEMOS, 2015.



3.2 PROCESSO PARTICIPATIVO

Um dos princípios fundamentais das pesquisas no âmbito do Periféricos é o processo participativo com a comunidade. Esse processo tem como principal objetivo levar o pesquisador ao encontro com a comunidade/local de estudo e analisar as problemáticas urbanas a partir do ponto de vista dos seus usuários e buscar soluções juntamente com os mesmos, baseados na pedagogia de Paulo Freire, que considera necessário o aprendizado que leve o indivíduo ao diálogo com o outro, sendo o homem um “ser de relações e não de contatos” (FREIRE, 2005). É a partir desse processo que percebemos as principais referências patrimoniais e culturais da comunidade, sendo assim, o papel do pesquisador passa a ser o de “tradutor, assessor, facilitador, mediador e educador, repassando instrumentos, métodos e procedimentos de pesquisa, comunicação, mobilização e organização, de acordo com a demanda em cada caso” (MENEZES, 2006).

Portanto, tendo os moradores nativos e tradicionais da Caraíva como os principais agentes da comunidade, o processo participativo foi concretizado na forma de um questionário semiestruturado a ser respondido por moradores da vila e de seu entorno imediato, com o intuito de compreender quais as referências da comunidade nativa em relação ao seu território - os lugares históricos e importantes para a população tradicional, as histórias locais, os costumes e suas modificações ao longo dos anos além de, principalmente por conta do processo de gentrificação, a busca por soluções para ocupação e distribuição do espaço em que vivem.

3.3 PADRÕES ESPACIAIS

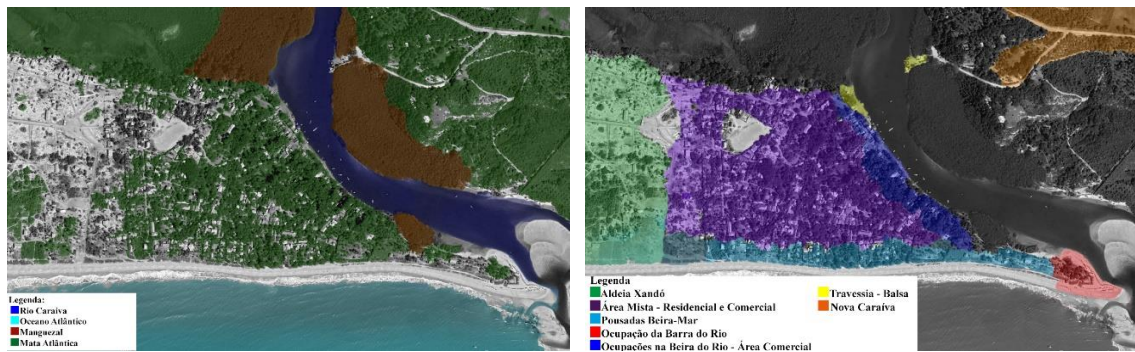
Com base nos trabalhos de Alexander et al (1977), que afirma que cada padrão pode ser definido como um esquema formado por três partes, expressando uma relação entre um certo contexto, problema e uma solução, Liza Andrade defende em sua tese de doutorado “Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos” (ANDRADE, 2014) que a elaboração dos padrões espaciais serve como uma importante ferramenta de metodologia para o desenvolvimento das soluções dos problemas relatados pela comunidade, sendo esse um complemento do processo participativo.

A partir da elaboração dos padrões, pode-se conhecer o problema, o seu contexto e por fim, uma solução. Muitos desses problemas podem ter uma ou mais soluções, por isso, essa metodologia facilita no entendimento do mesmo e a busca por uma solução que se adeque às necessidades da comunidade em estudo. Visando uma linguagem mais simples e de fácil entendimento, os padrões podem ser apresentados às comunidades como uma ponte entre o pesquisador e a comunidade, com o uso de tabelas e desenhos que possam facilitar o entendimento e até mesmo a reprodução desse material pela própria comunidade. Sendo o produto final deste artigo a elaboração de uma cartilha com as soluções obtidas a partir da aplicação desses padrões espaciais nas dimensões de sustentabilidade, soluções essas se adequando às necessidades da população tradicional e pensadas em conjunto com a comunidade.

4 RESULTADOS

A Vila de Caraíva se encontra entre as margens do Rio Caraíva e o litoral do Oceano Atlântico, fazendo parte do bioma da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, como restingas e manguezais. Sua ocupação e distribuição se deu de maneira espontânea, sendo ocupada primeiramente pelas comunidades tradicionais e posteriormente por moradores de fora, com a introdução do turismo na região.

Figura 2 e 3: Mapa Ambiental e Urbano, respectivamente



De acordo com o Posto de Saúde local, até o início de janeiro de 2018 estão cadastradas cerca de 97 famílias e 677 pessoas em Caraíva, sendo que aproximadamente somente 1/3 dessas pessoas são nativos da região. Por se tratar de uma pequena vila com poucos habitantes, o superadensamento em alta temporada faz com que, em determinadas épocas do ano, Caraíva possua mais turistas do que moradores.

Com a análise *in loco* dos elementos ambientais e urbanos da vila, foi elaborado um quadro apresentando os principais problemas e características presentes em cada elementos das dimensões de sustentabilidade:

Quadro 2: Aplicação dos Princípios das dimensões da sustentabilidade

PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
Proteção ecológica e agricultura urbana	A Vila de Caraíva possui grandes áreas arborizadas, preservando boa parte da sua Mata Atlântica original. Porém, o avanço das pousadas na região costeira vem fazendo com que a área de restinga diminua cada vez mais, seja desmatando ou se apropriando dessas áreas. A região não possui hortas comunitárias.
Infraestrutura verde: gestão d'água, drenagem natural e tratamento de esgoto alternativo	Não há tratamento de esgoto e nem de águas residuais na região. Atualmente, a água é capitada de fossas e essa água não é tratada, ocasionando problemas de saúde eventualmente.
Promoção dos sistemas alternativos de energia e diminuição da pegada ecológica	Caraíva não possui um meio de geração de energia alternativa e sustentável (energia solar, vento, biomassa, etc.). Porém, em contramão, não é permitido a entrada e circulação de veículos motorizados na região, diminuindo assim a emissão de CO ₂ na região.



Saúde	Há somente um Posto de Saúde da Família na Vila, com um médico em regime semipresencial (visita a região de 15 em 15 dias), uma enfermeira e uma secretária. Criando assim um déficit no atendimento a comunidade. Não possui a realização de procedimentos complexos, portanto, não há preocupação eminente com o lixo gerado pelos procedimentos.
Redução, reutilização e reciclagem de resíduos (3 R's)	Não existe um sistema de coleta e nem de reciclagem de lixo em Caraíva, limitando somente a separação do lixo a alguns moradores conscientes e, mesmo assim, são poucos os que fazem reuso dos resíduos ou possuem sistemas de compostagem do lixo orgânico em sua residência.
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL	
Urbanidade	Caraíva não possui uma malha urbana planejada, sua composição se deu ao longo do tempo de forma aleatória, assim como a ocupação do solo, onde não há uma organização de ordenamento entre edifícios residenciais, mistos, comerciais e institucionais.
Comunidade com Sentido de Vizinhança	A sociabilidade da região se dá por meio de características pessoais, como as famílias tradicionais (que possuem a Associação dos Nativos de Caraíva – ANAC) e os empresários e moradores que vieram de outras regiões, que possuem suas próprias associações, o que dificulta a participação de todos em prol de melhorias para a comunidade.
Moradias Adequadas	Por não ter uma separação entre lotes residenciais e comerciais, a mistura das classes é visível na vila. Entretanto, na região das pousadas, é nítido a diferença do poder aquisitivo em comparação com os outros moradores.
Mobilidade e Transportes sustentáveis	Em Caraíva, não é permitido a circulação de carros e motos, a mobilidade é feita andando, pelas carrocerias, por canoa e pelos bugs na transição Caraíva-Corumbau.
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	
<i>Adensamento Urbano</i>	A ocupação mais densa ocorre nas regiões em beira ao Rio Caraíva, com lotes mistos (residência e/ou comércio). A parte central também é bastante utilizada pelos usuários, onde estão a Igreja, áreas comerciais e os edifícios institucionais, além de servir de passagem entre o estacionamento e a margem do Rio Caraíva.
<i>Dinâmica urbana</i>	Em Caraíva, os equipamentos urbanos e a infraestrutura não se adequam as necessidades dos moradores. Só há uma escola classe para atender as crianças da região, um posto de saúde, uma quadra de futebol, um “mini-parquinho” e uma delegacia. A iluminação (recente) é toda subterrânea, mas não atende todas as ruas, fazendo com que em boa parte desses caminhos, os próprios moradores sejam responsáveis pela iluminação local.
<i>Desenvolvimento da Econômica Local em Centros de Bairros</i>	Por ser uma pequena Vila, é possível caminhar por toda a região. Porém, não há muitas praças e áreas sombreadas para descanso. Novas áreas de lazer podem influenciar a ocupação de áreas ociosas e impulsionar o comércio naquele local.



PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL E EMOCIONAL	
Revitalização Urbana	Áreas como a praça da igreja e o deck de madeira na beira do Rio Caraíva necessitam de recuperação/valorização, por se tratarem de áreas com potencial ocupação e principalmente por terem um valor histórico e cultural para a região.
Legibilidade e Orientabilidade	Falta sinalização adequada para os locais tradicionais da região, além de totens explicativos, que contenham a história e a importância de determinados elementos.
Identificabilidade	São poucas as residências que ainda possuem características tradicionais, como cobertura de palha e paredes de pau-a-pique (construções características dos índios da região). Em sua maioria, os edifícios possuem características da arquitetura colonial, com grandes aberturas, esquadrias de madeira e telhas coloniais.
Afetividade e Simbologia	Muito dos espaços tradicionais e de importância para os nativos já foram modificados, ocupados ou desapareceram. Há a necessidade de uma recuperação dessa identidade tradicional e reocupação dessas áreas tradicionais (como o deck de madeira, a beira do rio Caraíva, a Barra, entre outras áreas).

Fonte: MARCOS, 2018.

Após a análise dos elementos ambientais e urbanos da Vila, a próxima etapa foi a realização das entrevistas com os moradores de Caraíva e seu entorno imediato (Nova Caraíva e Aldeia Xandó) e personalidades significativas que vieram de outras cidades, com o objetivo de conhecer a visão da comunidade sobre os problemas na região. A partir de conversas, foram identificados os principais agentes da comunidade: José Vagner dos Santos Braz, filho de Biriba e mais conhecido na região como Gamela Pataxó – extrativista e conselheiro da RESEX Corumbau e da ANAC (Associação dos Nativos de Caraíva), Maria Elizete, mais conhecida como Maizete – atual presidente da ANAC e enfermeira do único posto de saúde da região; Raimundo Cardoso, ex-conselheiro da RESEX e conhecido em Caraíva como Zé Marreco e Wilson Braz Queiroz, mais conhecido como Biriba. Wilson e sua família, filhos e netos de indígenas Pataxó, são dos poucos que resistem ao processo de gentrificação, tentando manter suas tradições e ensinando para as próximas gerações a importância da sua cultura e do valor que a terra e as águas possuem para a história.

Segue abaixo a tabela com as perguntas realizadas no questionário e as respostas mais comuns dadas pelos moradores da Vila de Caraíva e entorno:



Tabela 1: Questionário

Perguntas	Respostas
1. Residência atual e principal fonte de rendada família:	A maioria dos entrevistados residem em Caraíva ou nos arredores (Aldeia Xandó e Nova Caraíva) são extrativistas ou ex-extrativistas aposentados. Além da pesca, trabalham também com turismo - pousadas, camping e restaurantes - e ecoturismo - passeios de barco, remo, SUP, entre outros.
2. Principais problemas enfrentados pelos nativos atualmente:	O turismo predatório e o processo de gentrificação são os maiores problemas enfrentados pelos nativos.
3. Como será o futuro das próximas gerações em Caraíva?	Acreditam que, se não houver a inclusão do território terrestre da RESEX e leis que favoreçam os povos tradicionais da região, sua cultura e seus costumes irão desaparecer, juntamente com os nativos da região, já que pessoas de fora são a grande maioria atualmente.
4. Gostaria de mudar de Caraíva?	Os que pensam em se mudar, querem para um local próximo (Nova Caraíva ou Aldeia Xandó). Mas a maioria prefere continuar morando no distrito por conta das suas raízes e tradições.
5. Mora onde gostaria e se não, em qual parte do distrito gostaria de morar?	Muitos moram onde desejam. De acordo com os entrevistados, a parte próxima ao rio é a mais adequada para (trabalho, pesca, etc.)
6. O que acha de os nativos serem menos de 1/3 da população de Caraíva?	Acham ruim. Percebem que estão perdendo cada vez mais força e que pessoas de fora com outros costumes estão impondo sua cultura sob eles.
7. Qual a sua relação com os não-nativos?	A maioria tem uma relação de respeito e de boa convivência, mas acreditam não ser recíproco.
8. O que poderia ser feito para melhorar essa relação?	Mais união dos moradores e conscientização dos não-nativos que aquele local e suas tradições são importantes.
9. Como são tomadas as decisões sobre as questões coletivas em Caraíva?	Por meio da ANAC – Associação dos Nativos de Caraíva e outras associações da região (comerciantes, empresários). Mas nem todos comparecem.
10. O que poderia ser feito para melhorar essa situação?	Maior participação da comunidade nas reuniões. Poucos comparecem e as reuniões se resumem somente aos conselheiros da RESEX, presidência e tesoureiro.
11. O que pensa sobre as ocupações? (Equipamentos urbanos, espaços públicos, barracas, etc.)	Poucos equipamentos urbanos (somente uma escola de ensino fundamental e um posto de saúde). A maioria das pousadas e barracas/restaurantes ocupam e privatizam áreas públicas. Concordam com as barracas dos Índios, mas acreditam ser melhor uma estrutura desmontável.
12. Quais os principais problemas de saneamento no distrito?	Atualmente, ainda é utilizado sistemas de fossas. O distrito não possui água tratada e nem tratamento de esgoto.
13. E sobre a coleta, destinação e tratamento de lixo?	Não existe uma educação em separar o lixo. O distrito não possui coleta e tratamento de lixo, onde o mesmo é acumulado na beira do rio e depois levado para outras cidades. O que acaba contaminando o mesmo.
14. De onde vem o alimento que você consome?	Com exceção de frutos do mar e algumas frutas e verduras plantadas na aldeia, grande parte da alimentação (arroz, óleo, carne, etc.) vem de outras cidades.
15. Como eram feitas as	Majoritariamente de pau-a-pique e cobertura de palha. Algumas casas



construções antigamente?

mais antigas eram feitas de madeira e/ou palha (indígenas).

16. Tem algum parente ou conhecido que gostaria de retornar para Caraíva?

Muitos tem conhecidos e familiares que acabaram vendendo ou trocando as suas terras anteriormente.

Fonte: Elaborada pelo Autor (2018).

Por fim, após as análises sociais e urbano-ambientais de Caraíva, juntamente com a aplicação do questionário, foram propostos uma série de padrões espaciais para solucionar os problemas da região. Além de atender aos objetivos desta pesquisa, esses padrões tem o principal intuito - de maneira direta e de fácil entendimento, para que possa ser reproduzido posteriormente pela própria comunidade – servir como diretriz sustentável para a preservação e continuação da cultura tradicional.

Quadro 3: Diagnóstico local e padrões de acontecimentos enquanto solução

Dimensão	Soluções
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação da Restinga e (desapropriação das áreas de restinga ocupadas) Tratamento sanitário com utilização de sistema BET – Bacia de Evapotranspiração Captação e geração de Energias renováveis Sistema de coleta de lixo Criação de uma horta comunitária e áreas de compostagem
Social	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Uso e Ocupação do solo Área adequada para os cavalos e para os bugs CAT - Centro de Atendimento ao Turista
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> Equipamentos urbano de qualidade Escola de Ensino Médio Mais funcionários no Posto de Saúde da Família Praças e áreas de lazer comum (ocupação de áreas ociosas)
Cultural/Emocional	<ul style="list-style-type: none"> Valorização da Cultura e Espaços Tradicionais Conscientização do Turista, respeitando os nativos e seus costumes Preservação da Arquitetura Tradicional Sinalização e Totens informativos

5 CONCLUSÃO

Mesmo sendo uma Reserva Extrativista reconhecida e regulada por um Plano de Manejo recente, a ausência da inclusão do território terrestre das comunidades, aldeias e vilas costeiras a RESEX acabam gerando problemas ambientais e urbanos pela falta de legislação adequada para o uso e ocupação do solo na região, além de acelerar o processo de gentrificação e a desvalorização da cultura local e dos povos tradicionais, por conta do turismo insustentável. Essa problemática é presente não só na Vila de Caraíva, mas também em toda a região costeira da RESEX Corumbau.



Este artigo, a partir das análises dos princípios sustentáveis, do processo de participação com a comunidade e com a elaboração dos padrões espaciais e suas soluções, serve como um pontapé inicial para futuras pesquisas que visam solucionar esse problema da não inclusão do território terrestre como parte da Reserva, apresentando os principais problemas pelo ponto de vista dos seus principais agentes e soluções sustentáveis que se adequem a realidade da população local e que preservam e estimulam a rica cultura das comunidades e famílias tradicionais nela presente.

6 AGRADECIMENTO

Agradeço a professora e orientadora Liza Andrade, que me apoia desde o começo da fase pós-graduação e por conciliar meu desejo de trabalhar com comunidades indígenas/tradicionais com a sua vontade de ajudar a todos. Obrigado por me apresentar o grupo de pesquisa Periféricos e mostrar que a arquitetura é muito além e maior do que uma folha A2.

Ao professor e coorientador Paulo Dimas, por ter aceitado fazer parte dessa pesquisa e pelos conselhos e orientações.

Ao meu amigo Gamela Pataxó e sua família, que me acolheram de braços abertos em sua casa como um amigo de longa data, por compartilhar comigo toda a sua sabedoria e cultura tradicional e por me apresentar a essa vila incrível.

À todos os entrevistados: Maria Elizete (Maizete), Raimundo Cardoso (Zé Marreco), Wilson Braz Queiros (Biriba), Rômulo Cruz, minha conterrânea Gláucia Cristina de Andrade, Solange de Moraes, Silmar Porto, Josari Cruz Silva (Jojó), ao meu amigo Tige Pataxó e sua esposa Josi dos Santos, Amilton dos Santos (Marrudo), e ao casal Nega e Wandozinho, obrigado pelo apoio e pelas conversas.

Ao povo Pataxó, guerreiros que lutam todos os dias pela preservação e continuação das suas tradições e pelo direito de ocupação ao seu território sagrado.

À todas as comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outras espalhas por esse Brasil.

E aos meus pais, pelo amor incondicional e pelo incentivo na minha busca pessoal e profissional. Obrigado.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, C. et al. **A Pattern Language: towns, buildings, construction**. New York: Oxford University Press, 1977.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Conexão dos Padrões Espaciais dos Ecossistemas Urbanos: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e o no nível da paisagem**. Tese de doutorado, FAU/UnB. Brasília, junho de 2014.

ANDRADE, Liza Maria Souza, LEMOS, Natalia da Silva. **Qualidade de projeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana**. In: AMORIM, C. N. D. et al. Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanístico e qualidade urbanística. Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB. 2015



BRASIL (b). CMBio. **RESEX Corumbau. Plano de Manejo**. Brasília, Brasil. 2002

BRASIL. (a) Presidência da República/Casa Civil. **Decreto 21 de setembro de 2000. Cria a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau nos Municípios de Porto Seguro e Prado, Estado da Bahia, e dá outras providências.**

BRASIL. (c) Presidência da República/Casa Civil. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais..**

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 43° ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2005.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações** 4 ed. São Paulo: Loyola. 2013.

MENEZES, Paulo. **O cidadão como sujeito de governo: planejamento e gestão pública compartilhada na bacia do Rio Caraíva**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, UFMG, Belo Horizonte, Brasil. 2006.

VILHENA, Luiz dos Santos. **A Bahia no século XVIII. Apresentação de Edson Carneiro, notas e comentários de Braz do Amaral**. Salvador: Editora Itapuã. 3 v. 1969.